



O PADRE ANTÔNIO VIEIRA, O DIPLOMATA

Vasco MARIZ

Um tema ainda pouco conhecido da nossa história do século XVII é a atuação do padre Antônio Vieira em suas missões diplomáticas na Holanda e na França, de 1646 a 1648. No momento em que se celebra o quarto centenário do nascimento de Maurício de Nassau, parece-me oportuno lembrar o tragi-cômico episódio. O estudo do chamado “papel forte”, com o que defendeu a sua tese, não revela tudo o que aconteceu e que poderia ter sido tão grave para o Brasil. Recordo que o genial sacerdote tentou justificar, a mando de D. João IV, a devolução das áreas reconquistadas aos holandeses pelos luso-brasileiros. Oferecia Portugal essa troca se os Estados Gerais assinassem um tratado de paz permanente e não perturbassem mais o comércio internacional português. Digo que o tema ainda é obscuro porque muitos documentos que esclareceriam os pormenores das negociações se perderam. Entretanto, por outras fontes e cartas do próprio padre Vieira foi possível apurar, de um modo geral, como decorreram as negociações em Amsterdã, Haia e Paris. Muito mais tarde, Vieira pretendeu ignorar o assunto e fez apenas referências evasivas, temeroso da condenação dos contemporâneos e sobretudo da posteridade. Na época das negociações em Haia e nos Conselhos de Estado em Lisboa, ele chegou a ser chamado de “o Judas do Brasil”. não só em Portugal, mas sobretudo em Pernambuco e na Bahia.

Lembro que se Camões fixou a forma poética da língua portuguesa, o padre Antônio Vieira também deu notável contribuição para fixar a forma da nossa prosa. Não é a minha intenção diminuir a sua imagem neste estudo, mas apenas comentar sua importante participação em fase

decisiva de nossa história comum. Ele agiu como bom português, cioso da precária independência de Portugal e do futuro de seu país natal, sem olhar para trás, para os anos de sua formação que ele passou no Brasil. Por isso será excessivo considerá-lo um traidor do Brasil, para onde ele acabou regressando para passar os últimos anos de sua velhice.

Vejam os que foi possível concluir dentro da vultosa bibliografia sobre o extraordinário orador, que, na primeira parte de sua longa vida, desempenhou o importantíssimo papel de conselheiro e legado especial do rei de Portugal. Lembro que estávamos no delicado período da Restauração, em que Portugal lutava desesperadamente contra a Espanha e a Holanda, com modestos meios para manter sua frágil independência recém-adquirida, e buscava o apoio da França, inimiga de ambos países.

O padre Antônio Vieira é talvez hoje mais lido no Brasil do que Camões. Sua obra impressa é vastíssima, destacando-se vários volumes de sermões, que tiveram numerosas edições a partir do século XVII. Muito apreciadas são também as suas *Cartas* a diversas personalidades da época, a começar por aquelas dirigidas a el-Rei Dom João IV, o primeiro monarca a governar Portugal depois da Restauração de sua independência da Espanha, em 1640. Mas vamos limitar-nos à faixa do tema escolhido, e eu diria que a sua correspondência com o Marquês de Niza, o super-embaixador português em Paris, e com Sousa Coutinho, embaixador junto aos Estados Gerais, merecem especial atenção. Lembro que no Catálogo do acervo da nossa Biblioteca Nacional o interessado poderá ter ampla escolha para aprofundar seus conhecimentos sobre as muitas e perigosas andanças do genial sacerdote.

No estudo do “papel forte”, nome com que o próprio rei D. João IV batizou o *aide-mémoire* de Vieira para defender as negociações em Haia e Paris junto aos diversos Conselhos de Estado, saliento algumas obras que são de manuseio obrigatório: a *História de Antônio Vieira*, de João Lúcio de Azevedo, publicada em Lisboa pela Livraria Clássica em dois volumes, em 1918 e 1920. Já no Brasil, nos anos cinquenta e sessenta do século XX, lembro *Aspectos do padre Antônio Vieira*, de Ivan Lins, editado pela Livraria São José, no Rio de Janeiro, em 1956, com 2ª edição

em 1962. Em 1997 apareceu em Lisboa um volume da bela publicação *Oceanos*, de nº 30131, (de abril/ setembro), que contém artigo de Pedro Cardim, da Universidade Nova Lisboa, que apresenta excelente descrição da atmosfera em que foram efetuadas as negociações em Haia e Amsterdã. O mais importante é o notável livro de Evaldo Cabral de Mello intitulado *O Negócio do Brasil* (Topbooks, 2ª edição, 2003) Outros escritores de renome também se ocuparam dessas atividades diplomáticas do pitoresco personagem do século XVII, entre os quais recorde Hernani Cidade, Pedro Calmon, C.R.Boxer e José van den Besselaar. Para os jovens informatas que desejam fazer uma primeira abordagem sobre o personagem, encontrarão na *Internet* um útil e pormenorizado resumo da vida e da obra de Antônio Vieira, de autoria do professor Rubem Queiroz Cobra (www.cobra.pages.nom.br/fmp-vieira.html).

Para melhor compreensão do controvertido personagem, começo por um rápido resumo de sua vida aventureira, antes de focalizarmos o tema principal de nosso estudo. Antônio Vieira nasceu em Lisboa em 1608, filho do mulato Cristóvão Vieira Ravasco e de Maria Azevedo. No ano seguinte seu pai viajou só para Salvador, onde arranjara um bom emprego público. O menino só foi trazido para o Brasil em 1614, quando já tinha seis anos. Antônio foi educado no colégio jesuíta de Salvador e lá estudou teologia, retórica e filosofia. Seus mestres estimulavam os debates entre alunos para desenvolver a argumentação, o que lhe seria de muita utilidade na carreira política e sobretudo como orador sacro.

O rapaz iniciou seu noviciado em 1623, aos 15 anos de idade, contra a vontade dos pais. No ano seguinte ocorreu a invasão holandesa da Bahia, que ele presenciou de perto; mas em 1625 uma esquadra espanhola retomou a cidade. Nessa época Antônio Vieira já dominava o latim tão bem que foi encarregado de escrever um relatório para o Geral da Companhia de Jesus, relatando o que se passara na Bahia. Em 1627, foi transferido para Olinda, onde lecionou retórica no coJégio jesuíta, e sete anos depois foi ordenado sacerdote. Continuou a lecionar e a proferir sermões e já no ano seguinte escreveu seu primeiro livro *Curso Filosófico*, adotado oficialmente. Em 1638, quando Maurício de Nassau tentou conquistar a Bahia, fez sermões vibrantes contra os holandeses, o que lhe

deu notoriedade na região. Lembro que na época não havia jornais e o púlpito servia para orientar a opinião pública. Trabalhou com indígenas e negros escravos na catequese até que, em 1641, surgiu a grande oportunidade de projetar-se a nível internacional -ele foi convidado a integrar a comissão baiana encarregada de levar as congratulações do Brasil ao rei D. João IV, que acabara de assumir o trono português, após 60 anos de domínio espanhol.

Vieira tinha então 33 anos de idade, era alto, magro e sua eloquência já havia atingido suficiente maturidade. Em Lisboa começou a pregar na igreja de São Roque e o povo acorria para ouvi-lo. Em 1642 falou pela primeira vez na Capela Real e encantou o monarca que passou a convidá-lo a debater com ele os problemas nacionais. Em breve, Vieira se tornaria o principal conselheiro do rei, que ficava magnetizado por sua extraordinária personalidade. Em 1644, aos 35 anos, Vieira professou na Ordem. Iniciava a sua verdadeira luta e, como escreveu Lúcio de Azevedo, “a vida foi-lhe sempre um campo de batalha e a passou guerreando a todo o mundo. (...) Ele não media a estatura do adversário e não temia os poderosos”. Pagaria bem caro por isso.

Este é o período de sua vida que nos interessa especialmente, pois D. João IV confiou-lhe em 1646, 1647 e 1648 três missões políticas da maior delicadeza, em Paris e depois em Amsterdã e Haia, como veremos a seguir. Até que ponto essas missões foram por ele mesmo inspiradas ao vacilante soberano, caberá ao leitor avaliar e julgá-lo, já que as gestões foram de importância extraordinária para o futuro de Portugal e do Brasil. Como conceber que um homem de sua excepcional inteligência, possa ter sugerido ao soberano essas jogadas? Se bem sucedidas, elas seriam desastrosas para Portugal e para o Brasil, e certamente contribuiriam para a sua perda política e talvez até de sua vida. O duplo fracasso dessas gestões e a animosidade que provocaram sobretudo em Portugal, custaram-lhe, indiretamente, nada menos de dois anos de prisão nas masmorras da Inquisição.

Concordo plenamente com Evaldo Cabral de Mello quando escreveu, em *O Negócio do Brasil*, que devemos estudar melhor a história de Portugal a partir da sua emancipação da Espanha, em 1640, para

entender tudo o que se passou em nosso país até o final do século XIX. A guerra contra os holandeses não terminou em 1654, com as duas vitórias dos Guararapes e a rendição do Recife, pois a soberania portuguesa sobre o Nordeste brasileiro só foi reconhecida pelos Estados Gerais quinze anos depois, em 1669, e isso só foi conseguido mediante o apoio inglês e importantes concessões comerciais. A Inglaterra exercia então verdadeira tutela sobre Portugal, o que até seria útil ao Brasil a médio prazo. Lembro que a luta entre a Holanda e Portugal era sobretudo pelo valioso comércio do açúcar brasileiro, o tráfico de escravos proveniente de Angola que assegurava o bom funcionamento das fazendas pernambucanas e, finalmente, o proveitoso comércio de especiarias da Ásia. Com tais objetivos, os holandeses ousaram até bloquear a foz do Tejo e causaram danos enormes a Portugal, pois eles possuíam a maior frota naval do mundo, em meados do século XVII. Lembro que os ingleses só adquiriram a supremacia nos mares no século XVIII. E na época das guerras holandesas, o Brasil era apenas uma rica, mas estreita faixa de terra de, aproximadamente, cem quilômetros de profundidade, do Maranhão ao Paraná. Se a Espanha tivesse recuperado o domínio de Portugal – e não faltou muito –, ela teria provavelmente cedido o Nordeste aos holandeses e o Brasil hoje não existiria como tal, pois a área em disputa representava a metáide do território brasileiro da época. Após tais esclarecimentos, passemos às estranhas atividades de Antônio Vieira em Portugal e na Europa.

Recomendo especialmente aos interessados nessas atividades diplomáticas do padre Antônio Vieira a leitura do esplêndido livro de Evaldo Cabral de Mello *O Negócio do Brasil*, que não focaliza especialmente as andanças do sacerdote, mas analisa e comenta pormenorizadamente os acontecimentos políticos, comerciais e militares da época com lucidez. O autor salienta todas as marchas e contra-marchas da diplomacia portuguesa no esforço por obter o reconhecimento do reino pelas principais potências européias e na defesa de suas colônias na América, África e Ásia. Evaldo, que fez pesquisas recentes em fontes holandesas, nos esclarece também sobre as dificuldades do lado batavo em sua luta contra a França e a Espanha e, mais tarde, contra a Inglaterra, o grande poder naval e comercial em ascensão. Ao contrário do que o leitor médio possa supor, a política

interna e externa dos Estados Gerais nada tinha de monolítica e as províncias holandesas brigavam frequentemente entre si.

As províncias que compunham os Países Baixos tinham interesses por vezes profundamente diferentes e mesmo conflitantes. A Holanda, que constituía cerca de 40% do país, nem sempre teve voz preponderante sobre as demais províncias em assuntos importantes dos problemas coloniais. E para complicar ainda mais, os empreendimentos comerciais da Companhia das Índias Ocidentais, a menina dos olhos do país, estavam sempre sujeitos às vontades volúveis de seus acionistas, e nem sempre coincidiam com os pontos-de-vista dos Estados Gerais. Por outro lado, esses conflitos de interesses internos holandeses facilitaram bastante a defesa dos objetivos lusitanos, graças à atuação brilhante do embaixador Francisco de Sousa Coutinho, que utilizou de todos os meios possíveis, inclusive o suborno sistemático de autoridades holandesas, para procrastinar as negociações e a tomada de decisões, que eram sempre adotadas por cerca de 2.000 pessoas! Evaldo Cabral de Mello pinta em seu livro um quadro admirável da conjuntura política interna da Holanda do século XVII. Por outro lado, lembro que o rei D. João IV de Portugal só dispunha de relativa autonomia decisória: ele tinha de ouvir os diversos Conselhos de Estado, cujos membros conheciam mal a verdadeira situação internacional. Por isso as negociações iniciais para a trégua, assinada em 12/06/1641 e válida por dez anos, e as tratativas para o tratado de paz com os Países Baixos, foram extremamente tortuosas, um rosário interminável de marchas e contra-marchas, agravado pelas dificuldades de comunicação da época, em que uma carta de Lisboa a Paris ou para Haia podia levar três meses. O rei, por natureza hesitante e inseguro, estava à mercê das pressões dos notáveis e da Inquisição. Daí a sua constante mudança de direção nas conversações.

Dizia Sousa Coutinho que o monarca precisava, às vezes, enganar seus próprios embaixadores para poder obter bons resultados. Por isso veremos com surpresa a intervenção de pessoas estranhas ao *métier*, como o padre Antônio Vieira, na tentativa de solucionar alguns dos problemas mais graves da política externa de Portugal. Assim, Vieira recebeu três missões desesperadas na França e na Holanda e depois ainda

teve de redigir, a instâncias do rei, o chamado “papel forte” para tentar justificar junto aos Conselhos de Estado a estranha e confusa política externa adotada pelo soberano. No citado livro de Cabral de Mello o personagem principal não é Vieira e sim o competente embaixador Francisco de Sousa Coutinho, que deu todos os saltos para cumprir instruções por vezes contraditórias ou inexequíveis. No entanto, o historiador menciona frequentemente as cartas de Antônio Vieira e seu “papel forte”, que comprovam que o futuro do Brasil esteve várias vezes em perigo mortal.

Recordo que o embaixador Sousa Coutinho já era conselheiro do Duque de Bragança antes de ele se tornar rei com a Restauração. Fora também seu representante em Madri para negociar o seu casamento com D. Luisa de Guzmán. Terminou em 1650 a sua importantíssima missão na Haia, onde se saiu muito bem, se levarmos em conta as condições difíceis em que teve de atuar. Francisco foi também embaixador em Paris (1651-1655) e em Roma (1655-1658). Veio a falecer em Lisboa em 1660, quando era membro do Conselho de Estado.

Como bem comentou o grande historiador inglês C. R. Boxer, as relações entre Vieira e o rei João IV “não eram de monarca e vassalo e sim de dois amigos que não tinham segredos entre si”. Ambos estavam convencidos de que Portugal não tinha meios para combater, ao mesmo tempo, as Províncias Unidas e a Espanha. Por isso, a paz com a Holanda devia ser obtida a qualquer preço. Vieira encantou também a rainha Dona Luísa e o infante Dom Teodósio, mas o fato de atuar como se fora um verdadeiro primeiro ministro, criou-lhe numerosos e poderosos inimigos, que o incomodariam o resto de sua vida. Mas, curiosamente, tanto D. João IV quanto Vieira, estavam certos em sua avaliação, pois Portugal era mesmo um país pobre, com apenas um milhão e meio de habitantes, para assumir a defesa de seus vultosos interesses. Boxer aponta que o Brasil estava dividido em duas partes equivalentes entre os portugueses e os holandeses, sendo que os batavos detinham o setor mais rico. Como Portugal poderia defender o Brasil eficazmente quando necessitava de cada homem, de cada canhão e de cada uma de suas antiquadas naus para se defender da Espanha? A solução escolhida era mesmo desesperada, mas terá ela sido inspirada pelo sacerdote, ou foi mesmo iniciativa do

próprio rei, ou ainda de algum grande do reino? Se a jogada tivesse obtido sucesso, quase certamente o Brasil de hoje não existiria. Vejamos o que planejaram o monarca e o brilhante jesuíta e quais as providências tomadas.

A primeira missão de Vieira foi para reavaliar a conjuntura política na Holanda. De regresso, ele recomendou ao rei acrescentar aos 2 milhões de cruzados previstos, outro milhão para “a compra da compra”, isto é o dinheiro adicional para convencer os delegados holandeses. O projeto inicial consistia em tentar comprar dos holandeses a metade do Brasil que eles já ocupavam. Caso se recusassem e insistissem em ficar com Pernambuco, então o rei estava disposto até a reconhecer os direitos dos holandeses sobre toda aquela enorme e riquíssima região, em troca de um tratado de paz firme e duradouro, e a promessa de os Países Baixos ajudarem Portugal contra a Espanha, também inimiga dos batavos.

Além desse plano, Vieira aconselhara o monarca anteriormente em 1647 (e isso foi realmente idéia dele), criar duas companhias comerciais, do gênero das grandes empresas mercantes holandesas, que se ocupariam, respectivamente, uma do comércio com o Brasil e Angola, e a outra com o Extremo Oriente. Para isso seria indispensável obter significativo apoio financeiro dos ricos judeus portugueses que haviam fugido do país, escapando da Inquisição. Na defesa de sua tese, Vieira chegou até ao extremo de combater qualquer tipo de auxílio da metrópole aos patriotas luso-brasileiros, que haviam se organizado bem e se propunham expulsar os holandeses de Pernambuco. Nessa altura, a admiração que Vieira alcançara anos antes em Salvador e Olinda, se esgarçou rapidamente e bem cedo começou a ser chamado de “o Judas do Brasil”.

Mas o rei D. João IV estava convencido de ser absolutamente indispensável alcançar uma paz duradoura com a Holanda e a qualquer preço. Era a única maneira de estabelecer um certo equilíbrio de forças políticas e militares que assegurasse a sobrevivência e o futuro da independência de Portugal. Por incrível que pareça, muita gente sensata pensava assim em Lisboa, apesar de que os luso-brasileiros já haviam obtido seus primeiros êxitos na luta contra os batavos no Brasil. O soberano confiou então ao padre Antônio Vieira outra missão secreta

junto ao embaixador português em Haia, Sousa Coutinho, no sentido de efetuar uma tentativa de negociação nos termos mencionados acima. Com tal objetivo, o sacerdote, com *status* de embaixador adjunto, permaneceu na Holanda de fevereiro a julho de 1647.

Vieira estava no seu *prime*, já que tinha apenas 39 anos de idade. Seu magnetismo pessoal e sua extraordinária lábria estavam no auge e os judeus portugueses expatriados nos Países Baixos foram facilmente convencidos a ajudá-lo com sua influência regional e suas riquezas, antevendo já polpudos negócios a curto prazo. Mas o desafio era demasiado grande, tantos obstáculos encontraria Vieira. Falharam as gestões dos dois enviados portugueses, Sousa Coutinho, o embaixador residente (nada convencido da inaudita missão de Vieira) e seu misterioso ajudante, disfarçado em gentilhomen, vestido de escarlate, com bigode, capa e espada, já que na Holanda não se aceitava a presença de jesuítas ou sacerdotes católicos.

A segunda investida de D. João IV ainda foi mais audaciosa e mais desesperada, comportando negociações duplas: uma junto à corte francesa, inimiga dos holandeses e espanhóis, e outra junto aos Estados Gerais. Os pormenores são por vezes espantosos e então veremos em ação toda a audácia do prelado luso-brasileiro. É verdade que, na época, eram frequentes as jogadas políticas duplas e até múltiplas – era uma tônica da diplomacia no século XVII, a diplomacia barroca. Devemos dar graças a Deus pelos percalços que encontrou, pois se os plenipotenciários tivessem sido bem sucedidos, hoje quase certamente estaríamos falando holandês em grande parte do Brasil.

Mas antes algumas palavras sobre as condições em que atuavam os embaixadores portugueses na Europa. Ao acontecer a Restauração em 1640, urgia organizar uma rede diplomática eficiente para defender os interesses da coroa portuguesa contra seus numerosos inimigos. Foram escolhidos alguns dos aristocratas melhor preparados, fluentes em idiomas estrangeiros e com patrimônio pessoal para representar Portugal junto às principais cortes da Europa. Mas, como escreveu Sousa Coutinho, a diplomacia “era uma profissão adonde se entra a ser rico e adonde cada dia mais se empobrece o que a exercita”. *Sim* porque os

embaixadores deviam ostentar em seus postos a imagem de seu rei e isso custava muito dinheiro. Vieira pediu por carta a D. João IV “400 ou 500.000 cruzados para comprar as vontades e os juízos dos ministros mais interessados e poderosos. (...) O certo é que sem dinheiro se não há de fazer cousa alguma”. Por sua vez, Sousa Coutinho escrevia: “Confesso meu talento incapaz para negócio tão grande, que porventura o não terá Portugal tamanho em muitos anos”.

Como o dinheiro enviado por Lisboa era escasso e irregular, o embaixador tinha de dispor de posses suficientes para manter-se no posto, atender às despesas de seus auxiliares e sobretudo arcar com os gastos da propaganda de D. João IV. Lembro que a diplomacia espanhola era ativíssima na tentativa de desmoralizá-lo perante as cortes europeias. As tipografias de Rouen foram mobilizadas para a impressão dessa contrapropaganda e as dificuldades era muitas para a sua difusão. Por tudo isso, a ajuda financeira dos exilados portugueses sefarditas era essencial, o que motivou Vieira a tentar obter o afrouxamento das drásticas medidas contra os cristãos-novos, em um período de grande animosidade contra eles em Portugal.

Lembro que, devido às dificuldades e à lentidão da correspondência com Portugal, os diversos embaixadores tinham um coordenador hábil e competente com o qual se correspondiam intensamente e recebiam instruções. Era ele Vasco Luís da Gama, trineto do navegador, o Marquês de Niza, embaixador na França, personagem importante nesse período e junto ao qual Vieira trabalhou durante as conversações com Mazarin. Já Francisco de Sousa Coutinho, o embaixador junto aos Estados Gerais, estava em contato permanente com Niza, mas gozava de certa autonomia e também se correspondia diretamente com o rei D. João IV, ou com o Secretario de Estado em Lisboa. O padre António Vieira recebeu instruções bastante vagas para suas missões e tinha margem de manobra para o que julgasse conveniente, mas isso também implicava em certo risco. Ele e Coutinho davam-se bem, já as relações entre Vieira e o marquês de Niza deixaram a desejar, pois este jamais aprovou a proposta que Vieira lhe trouxera de Portugal e ademais se sentia desconfortável pela intromissão do brilhante sacerdote nas negociações.

O isolamento daqueles diplomatas era muito grande, pois a correspondência com Lisboa demorava meses para chegar. Vieira conta que, em Amsterdã, frequentemente ia ao cais do porto conversar com marinheiros chegados de Portugal, à procura de notícias que o orientassem nas negociações. Em certas ocasiões os embaixadores em Paris e Haia não foram informados, ou propositadamente mal informados, ou ainda tardiamente, de gestões importantes ordenadas pelo rei em outras capitais sobre o mesmo tema.

Vamos agora seguir de mais perto as andanças, por vezes mirabolantes, do padre Antônio Vieira. O salto foi enorme: em 1641 ele ainda dava lições de catecismo a jovens índios e negros em Salvador e, cinco anos depois, ele já negociava com um dos homens mais poderosos do mundo de então, o primeiro ministro da França, o cardeal Mazarin. A proposta era debater a possibilidade do casamento do herdeiro do trono de Portugal, D. Teodósio, com a Grande Demoiselle, filha do Duque de Orleans. Boxer lembra que D. João IV considerava Vieira “o primeiro homem do mundo” e isso parecia habilitá-lo a negociações vitais para o futuro de Portugal e do Brasil. Aliás Vieira teria sido um grande pesquisador das principais bibliotecas da Europa, a ponto de o embaixador inglês em Lisboa comentar que “além de sua eloquência, ele tinha a faculdade de fazer os documentos falarem da maneira que mais lhe agrada”.

Como orador, Vieira apelava para a emoção, o patriotismo e a imaginação dos ouvintes, mas ele era um homem frio, objetivo e pragmático em seus escritos políticos. Como dizia Boxer: “Vieira tinha idéias muito pessoais e altamente impopulares”. (...) mas “tanto ele quanto o rei estavam convencidos de que Portugal não poderia de maneira alguma combater a Espanha e as Províncias Unidas ao mesmo tempo”. Em princípio eles estavam certos, embora os acontecimentos posteriores viessem a comprovar que se equivocavam.

O conselho inicial do sacerdote ao monarca era no sentido de que os holandeses deveriam vender as terras que ocupavam no Brasil contra uma altíssima indenização a ser paga em dinheiro e em açúcar. Cerca de 2 milhões de cruzados. No entanto – e aí está o ponto nevrálgico – se os batavos insistissem em reter Pernambuco, então o rei deveria, como

último cartucho para a paz, reconhecer os seus direitos no Brasil em troca de um seguro tratado de paz permanente. A opinião pública portuguesa e brasileira se opunha vivamente a essa iniciativa, pois detestavam os calvinistas e, em última análise, também estavam certos. Apesar disso, D. João IV despachou Vieira para Haia e Amsterdã, onde permaneceria de fevereiro a julho de 1647, como uma espécie de embaixador adjunto a Francisco de Sousa Coutinho, o representante residente na Holanda. Ambos tentaram por todos os meios a aquisição das terras do Nordeste já conquistadas pelos holandeses. Mas, como afirmou Hernani Cidade, “Só com peitas se poderiam ganhar votos à nossa causa, mas onde encontrar tanto dinheiro senão no cofre dos judeus portugueses expatriados”.

Sousa Coutinho chegou a propor aos holandeses, a fim de ganhar tempo para os revoltosos no Brasil, que Portugal e a Holanda criassem uma espécie de protetorado conjunto. Uma “republicazinha” no Nordeste brasileiro – como escreveu ele – que seria gerida por funcionários brasileiros e holandeses, sob a direção administrativa da Companhia das Índias Ocidentais, Já o marquês de Niza preferia o pagamento de uma soma importante para prolongar o tratado de trégua em vigor. Coutinho teve uma entrevista secreta com Nassau e convenceu-o a não voltar ao Brasil e ele concordou, talvez porque reconhecia que a guerra já estava perdida para os holandeses.

Ao mesmo tempo, Vieira passou a advogar junto ao rei a causa dos cristãos-novos, isto é, o governo deixaria os seus bens livres do fisco e seria decretada a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos velhos. Com o dinheiro deles, pensava Vieira adquirir poderosas fragatas para substituir as poucas e pobres caravelas, “escolas de fugir”, como dizia ele em suas *Razões*. No entanto, os católicos portugueses e a Inquisição opuseram-se veementemente a quaisquer facilidades aos cristãos-novos.

O impasse continuava quando surgiu como possível solução a idéia de casar o herdeiro do trono, o jovem D. Teodósio, com a senhorinha de Montpensier, a “Grande Demoiselle”, filha do Duque de Orleans. Acontece que essa moça era sete anos mais velha do que Teodósio e muito

mais alta do que ele, que era baixinho. Hernani Cidade chamou-a de “virago”, mas o fato é que ela teve importantes pretendentes e, em relato posterior, referindo-se a esses candidatos à sua mão, não incluiu o pequenino português, o que talvez possa ser interpretado que era nem sequer foi consultada a respeito de D. Teodósio. O mais importante e realmente espetacular e inadmissível também, era que, pelo projeto de Vieira, D. João IV abdicaria em favor do Duque de Orleans, irmão do rei de França, que assumiria a regência de Portugal até a maioridade do herdeiro do trono, D. Teodósio. Portugal ficaria assim nas mãos de um príncipe francês! D. João IV se trasladaria para o Brasil, talvez para Salvador ou até mesmo para o Maranhão, e viria reinar somente no Brasil. Acreditava Vieira que, com essa manobra, Portugal e o Brasil estariam a salvo, pois os franceses os protegeriam dos holandeses e dos espanhóis. Em verdade, a possibilidade da regência do Duque de Orleans não seria fato tão raro assim, pois algo semelhante já tinha acontecido em pequenos estados da Itália e da Alemanha. Maria de Médicis e Ana d’Áustria, a primeira italiana e a segunda espanhola, foram regentes e rainhas da França.

Se a proposta fosse aceita, o Brasil se separaria de Portugal como um reino independente e possivelmente não voltariam a reunir-se. Mas como conceber o modestíssimo Brasil de então, uma estreita faixa de terra com pouco mais de cem quilômetros de largura, como um país independente? Se o Nordeste era rico, o sul ainda era muito pobre em meados do século XVII. Mas mesmo assim o sacerdote foi enviado a Paris, em 1647, para negociar com o todo-poderoso Mazarin, o espartíssimo cardeal que dirigia a França de Ana d’Áustria, a rainha regente do país. Mas afinal quem inventou aquela fórmula tão complicada? Vieira ou o próprio rei D. João IV? Provavelmente o sacerdote.

O embaixador português em Paris, o marquês de Niza, ficou boquiaberto com a missão de Vieira e tão horrorizado estava com essa secreta negociação que, depois do seu fracasso, mandou queimar todos os documentos alusivos às tratativas feitas com os franceses. O que foi uma pena, pois com isso perderam-se informações preciosas alusivas ao assunto.

Nas negociações para a paz de Westfália, a Espanha ameaçou retirar-se se Portugal, que ela não reconhecia a independência, fosse admitido. A delegação portuguesa estava incluída em outras delegações amigas. Mas as negociações franco-espanholas estavam mesmo em um impasse e Mazarin chegou a confidenciar ao marquês de Niza que elas não passavam de jogo de cena, à espera da campanha militar do ano seguinte. Para felicidade de Portugal, a guerra franco-espanhola ainda levaria doze anos. Comenta Cabral de Mello que Mazarin aconselhou ao marquês de Niza

“agjr rapidamente cedendo Pernambuco a fim de evitar que os neerlandeses continuassem a fazer todo o mal que já haviam feito em Münster às pretensões portuguesas. Embora não houvesse garantia de que aceitassem a restituição em troca da inclusão de Portugal na paz, era provável que o fizessem, dado o empenho que tinham na reaquisição dos territórios perdidos no Brasil e as enormes despesas em que teriam de incorrer para reconquistá-los pelas armas”.

Segundo Arno Wehling, o conselho de Mazarin ao marquês de Niza pareceria dar a entender que a cessão de Pernambuco aos holandeses já estava no ar antes da paz de Westfália, o que de certo modo diminui a responsabilidade de Vieira.

O presente estudo não pretende analisar toda a complexa conjuntura da política internacional de Portugal depois da Restauração, em 1640. Meu objetivo é apenas lembrar um episódio curioso da vida do padre Antônio Vieira, ainda relativamente pouco conhecido, e recordar sua atuação diplomática na gestão política mais importante do período colonial brasileiro. Por um triz todo o Nordeste, do Ceará ao rio São Francisco, com o seu então infinito *hinterland*, quase foi cedido aos holandeses em troca de um duvidoso tratado de paz. Com esta jogada, aparentemente de mestre, D. João IV deixaria de lutar em duas frentes e poderia reforçar a fronteira com a Espanha, sempre ameaçadora e desejosa de reconquistar Portugal.

Vamos continuar a concentrar-nos, portanto, naquela figura extraordinária que foi Vieira, cuja integridade moral nem sempre esteve bem à altura de seus tão louvados dotes de oratória. Lembro que ele usava o púlpito para seus desígnios numa época em que não havia ainda jornais. Vejamos o que aprontou o sacerdote sempre tendo em mente que ele nascera português, embora aqui tenha vivido na mocidade e na velhice. Seu sentimento de brasilidade era limitado e o que mais lhe interessava mesmo era o bem de seu país natal, Portugal, como país independente. Com tal objetivo, ele lutou denodadamente, enfrentando a hostilidade de reinóis e brasileiros, ao preço de até tentar colocar um príncipe francês provisoriamente no trono de Lisboa e entregando o Brasil aos holandeses.

Em longa entrevista ao caderno Prosa e Verso”, do jornal “O Globo”, de 20 de setembro último, o historiador Evaldo Cabral de Mello, o melhor conhecedor atual da história do Nordeste, assim comentou o papel do sacerdote-diplomata:

“O padre Antônio Vieira exagerou a importância da atuação que teve. Sobretudo quando não conseguiu vender a idéia da entrega do Nordeste aos holandeses. Ele começou a tirar o corpo fora e a dizer que não era tão responsável assim. Afirmou que a idéia tinha sido do rei e que ele fora apenas o executor, quando se vê que antes dessa negociação, ele já tinha essa idéia, de que a solução do problema era entregar o Nordeste. Mas ele enfrentou a oposição dos valentões, os portugueses que não aceitavam a entrega do Nordeste”

Mazarin e a regente Ana d’Áustria recusaram prontamente a oferta do modesto rei de Portugal, pequeno país ainda não reconhecido pela Espanha, nem pelo Vaticano ou outros reinos da época. Que pretensão! teriam dito os arrogantes franceses. Esqueciam-se os lusos de que a rainha da França era espanhola e não gostava de Portugal. Afinal de contas, Portugal sem o Brasil era um trono que não merecia o risco. Em verdade, Ana d’Áustria não deve ter visto com bons olhos a idéia de transferir a

coroa portuguesa, que fora de seu pai e de seu avô, para a cabeça de uma sobrinha, a “Grande Demoiselle”. O que teria a França a ganhar com essa barganha? Hernani Cidade especula talvez com razão:

“A entronização de um rei no Brasil seria fechar para a França as perspectivas que ela de há muito visionava nesta colônia. Na emergência, defendeu melhor os nossos interesses o cardeal francês do que o jesuíta lusitano.”

Mazarin chegou a mencionar, nas conversações com Vieira e o marquês de Niza, a possibilidade de o Rio de Janeiro ser cedido a eles, como parte de eventual acordo. Depois das fracassadas tentativas da França Antártica de Villegagnon e dos ataques frontais de Du Clerc e Duguay-Trouin, até a planejada mas não realizada expedição do almirante d’Estaing, o Rio de Janeiro esteve sempre na mira dos franceses. Como entender que uma mente brilhante e organizada como a de Vieira tenha concebido proposta tão desastrosa?

Mas o curioso é que quando as coisas estavam realmente mal paradas e a perda do Brasil parecia inevitável, ocorreram dois fatos inesperados que alteraram completamente o quadro político e militar: 1) os holandeses, já conhecedores da proposta portuguesa e de suas tortuosas hesitações, resolveram acabar de conquistar o Nordeste e teriam até considerado a hipótese de dividir o Brasil com os ingleses, que ficariam com o restante de nosso país. Armaram numerosa frota que partiu para o Brasil dias antes da chegada de Vieira a Haia. Mas subitamente explodiu a notícia que a irresistível flotilha havia sido dispersa, e em parte afundada, no Canal da Mancha por uma terrível tempestade. Os gastos enormes dos holandeses para montar aquela expedição estavam assim quase totalmente perdidos e a Companhia das Índias Ocidentais desistiu momentaneamente de afogar a rebelião em Pernambuco. 2) o segundo fato favorável aos portugueses foi a surpreendente notícia chegada do Brasil de que os luso-brasileiros haviam obtido importantes vitórias contra os holandeses, que daí para adiante passaram a ficar na defensiva.

Outra das fórmulas de conciliação seria a compra de ações da Companhia das Índias Ocidentais pela coroa portuguesa por cerca de 3

milhões de cruzados, pois julgava Vieira que essas ações poderiam ser revendidas posteriormente com lucro. Os ônus da compra ficariam divididos entre o Reino, o Brasil e Angola, mas os impostos obviamente teriam de ser escorchantes. Já Evaldo Cabral de Mello julga que: “Do ponto-de-vista português, a revolta dos luso-brasileiros era descrita apenas como um meio sucesso, ou um meio fracasso, o que diplomaticamente era simplesmente desastroso.”

O momento, portanto, era asado para Vieira entrevistar-se com os judeus portugueses exilados na Holanda e vizinhanças, e ele conseguiu a promessa de vultosas contribuições para a aquisição de poderosas fragatas para defender o país e abastecer Portugal com trigo. De volta a Lisboa, como compensação talvez para a possível cessão de Pernambuco, Vieira imaginou outras operações atraentes como o ataque a Buenos Aires, por onde era exportada uma parte da prata boliviana de Potosí, e até mesmo uma expedição ao Chile. Tentou ele organizar companhias mercantes bi-nacionais, juntamente com a França e a Suécia, para arrebatara o comércio internacional das mãos dos holandeses. No entanto, pela segunda vez, Mazarin negou-lhes o apoio e disse ao marquês de Niza que era urgente ceder Pernambuco aos holandeses para garantir a inclusão de Portugal, como país independente, na grande paz de Westfália, que encerraria finalmente a Guerra dos 30 Anos. Lembro que, nessa altura, os batavos haviam tomado Angola e um dos argumentos do sacerdote para aquela entrega ignominiosa era que: “sem Angola não há negros e sem negros não há Pernambuco”. Mais uma vez ele tinha um pouco de razão, pois se fosse mesmo assim, o Brasil passava a valer bem menos.

Mas, no ínterim, a situação de Portugal piorava a olhos vistos, pois pouco depois foi celebrada a paz entre a Holanda e a Espanha, que assim em breve poderiam atacar conjuntamente Portugal, na Europa e em suas colônias. Podemos ler pormenores jocosos dessas negociações na correspondência dos embaixadores portugueses entre si, mas o formato previsto para este estudo limita a sua inclusão. Uma coisa era certa: tanto Sousa Coutinho, na Holanda, quanto o marquês de Niza, em Paris, detestaram a intromissão, por vezes desastrada, daquele padre *doublé* de diplomata, com uma imaginação tão prodigiosa e tão pouco tato diplomático.

Mas desta vez D. João IV chamou-o de volta a Lisboa e a sorte começou afinal a desfavorecê-lo, pois era unânime em Portugal e no Brasil a reprovação das negociações em Paris e Amsterdã. O próprio Vieira o reconhece: “não há conversação, em tenda ou taberna, onde o caso não se discuta”. Nessa altura ele e Coutinho já eram chamados de “Os Judas do Brasil”.

Acuado, Vieira redigiu a pedido do rei um notável memorando, que ficou conhecido como “Papel forte”, para defender o tratado junto aos Conselhos de Estado (vide *Obras inéditas*, 3º – 125) e sua argumentação era bastante convincente. Ele comparou a penosa situação de Portugal com a da próspera Holanda, comentando:

“Damos-lhes por vontade o que nos hão de tomar pela força. Mas Pernambuco não é doado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade quando nos virmos com melhor fortuna. (...) Restituída à região, a Companhia passará a ter todo interesse em cultivar a amizade com Portugal, em vez de incorrer nos riscos e gastos da conquista do Brasil.”

Vieira tentou salvar o texto da sua proposta mediante contrapropostas destinadas a atender parcialmente aos chamados *valentões* e assim D. João IV acabou por repudiar o acordo de Haia para agradá-los, mas criou a Companhia de Comércio do Brasil, que teria excelentes resultados. O jesuíta porém não esperava milagres, embora milagres às vezes aconteçam e foi o que ele alegou muito mais tarde. Escreveu ele: “A providência divina determinara fazer em Pernambuco um milagre, que ninguém imaginou e todos reconheceram como tal”. Referia-se ele às duas batalhas dos Guararapes, perdidas pelos batavos com milhares de mortos.

No entanto, se os brasileiros haviam conseguido encurralar os holandeses na Paraíba e no Recife, o comércio marítimo com a metrópole continuava um completo desastre. 220 naus portuguesas haviam sido

apresadas pelos holandeses e os luso-brasileiros não podiam mais enviar o seu açúcar para vendê-lo em Lisboa, nem receber armamentos ou ajuda militar de Portugal. No fim de 1648 o rei D. João tinha realmente de tomar alguma medida drástica ou abandonar de vez Pernambuco, sentenciou Boxer. O monarca aceitou o conselho de Vieira e mandou organizar a citada companhia marítima utilizando o capital judaico português no exílio, que ficava assim isento de confisco pelas autoridades eclesiásticas da Inquisição, mesmo se o investidor fosse culpado de heresia. Vieira também sugeriu ao rei a suspensão temporária da navegação e o afretamento de naus estrangeiras para o comércio com Portugal. No ínterim, aquela nova empresa não foi bem aceita em Portugal, nem no Brasil, devido a seus preços de monopólio. Boxer afirma que Vieira, em parte, estava certo, pois “graças à cooperação da armada da Companhia do Brasil, os patriotas de Pernambuco foram finalmente capazes de expulsar os holandeses do Nordeste em janeiro de 1654”.

Boxer e João Lúcio de Azevedo sugerem que o monarca nunca teria dado o seu consentimento expresso à insurreição pernambucana e ficara apenas ao corrente da trama de revolta para desautorizá-la depois, em caso de seu fracasso. Evaldo Cabral de Melo julga que não foi bem assim. O rei sempre apoiou os revoltosos, mas o fez mui discretamente. Depois das vitórias dos Guararapes, os brasileiros não tinham ainda condições de atacar o Recife, cujas fortificações eram excelentes. Não era possível atacar somente por terra e os holandeses tinham o domínio do mar. Só durante a guerra naval anglo-holandesa, de 1652 a 1654, é que D. João IV ousou autorizar a captura de Recife. E só o fez porque as forças navais portuguesas haviam aumentado sensivelmente e os holandeses não podiam enviar reforços. Mas a guerra com os holandeses não terminou em 1654 com a capitulação do Recife” Essa guerra naval com a Holanda, de 1657 a 1661, causou prejuízos enormes a Portugal. O Vaticano só reconheceu o Reino depois que a Espanha o fez, isto é, 28 anos depois da Restauração, em 1668. Já os Países Baixos só o faziam pelo tratado final de paz de 1669.

Entretanto, o apoio aberto dos cristãos-novos causou a Vieira graves problemas, a tal ponto que o Superior dos Jesuítas resolveu

expulsá-lo da Ordem. O rei, porém, impediu que a decisão do Superior fosse cumprida e ofereceu-lhe um bispado, que Vieira preferiu declinar. De janeiro a julho de 1650, Vieira recebeu outra missão diplomática que também terminaria mal. Viajou a Roma para fazer sondagens com vistas a um eventual casamento de D. Teodósio com uma princesa espanhola e, nas horas vagas, tentar intervir na revolta de Masaniello em Nápoles, criando dificuldades aos espanhóis. Mais uma vez ele não teve sorte e acabou fugindo apressadamente de Roma, ameaçado de morte pelos esbirros do embaixador espanhol. Esse fato parece haver esfriado o entusiasmo de Vieira por missões secretas, pois pouco depois recusou-se a acompanhar o novo embaixador português a Londres.

Antônio Vieira voltou ao Brasil em 1652, isto é, aos 44 anos de idade, e onze anos depois de sua partida de Salvador. Era, portanto, um homem jovem ainda. Ele passaria nove anos como Superior dos missionários jesuítas no Maranhão, bem longe dos palácios luxuosos que freqüentou na Europa e das personalidades européias que havia conhecido pessoalmente. Lembro que o antigo Maranhão era uma colônia em separado e subordinada diretamente a Lisboa e não a Salvador. Compreendia o Ceará, o Maranhão e o Grão Pará e só em 1774 foi incorporado ao Brasil. Vieira atuou vigorosamente na catequese de índios e negros da região, mas continuou a corresponder-se com seus amigos do Conselho Ultramarino. Vieira lá preocupou-se em melhorar as condições de trabalho dos índios.. Baeta Neves esclarece que “O plano de Vieira não é um projeto de extinção do trabalho indígena na colônia. Não é contra a escravidão, como acusam os senhores locais”. Escreveu Vieira:

“Só resta saber qual será o preço destes que chamamos de meio-cativos e meio-livres, com que se lhes pagará o trabalho de seu serviço. O dinheiro desta terra é o pano de algodão e o preço ordinário por que servem os índios, e servirão cada mês, são duas varas de pano, que valem dois tostões. Coisa que é indigna de se dizer e muito mais indigna de que, por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento e de

crisandade, que queiram condenar suas almas e ir ao inferno” (Vieira, 1957, t. 21: 193).

Vieira buscou no Maranhão um melhor e mais justo ordenamento do trabalho semi-escravo dos índios, enfim fez um esforço para disciplinar a escravidão. O genial sacerdote lutou pela coordenação das atividades da Companhia de Jesus com os interesses da coroa portuguesa, em oposição aos senhores da colônia. O que ele deplorava era a distancia do poder político, que considerava de “malfazeja seletividade ou atacado de miopia.” Vieira sublinhou que a metrópole desejava reduzir a ação da igreja: “Querem que aos ministros do Evangelho pertença só a cura das almas e que a servidão e cativo dos corpos seja dos ministros do Estado. Isto é o que Herodes queria !” (Idem: 355,356) Baeta Neves insinuou que Vieira fazia uma distinção entre índios e pretos, parecendo-lhe aceitável a escravidão negra. Curiosamente, o sacerdote se pergunta: “... eu que hei de ser vosso senhor porque nasci mais longe do sol e que vós haveis de ser escravo porque nasceste mais perto (do sol)?”. (Idem: 370) Baeta Neves arremata: “A sujeição dos povos é permitida desde que legitimamente cristã e isenta de excesso tirânico”.

Em 1661, aos 53 anos, Vieira conseguiu regressar a Lisboa e reassumiu seus deveres na Capela Real como orador. No entanto, ele em breve conseguiu irritar a Inquisição e acabou por ser exilado para o Porto, onde faria a revisão de seus sermões para publicação. Mas o irrequieto sacerdote não diminuía seus ataques contra alguns políticos e grandes da nação e acabou preso no Colégio da Companhia de Jesus. Aproveitando sua falta de apoio político, a Inquisição iniciou um processo contra Vieira, que lhe valeria a prisão no cárcere do Santo Ofício de 1665 a 1667, Felizmente a rainha viúva apiedou-se dele e mandou convidá-lo a pregar novamente na Capela Real. Isso ensejou nova missão a Roma, onde esperava anular o processo contra ele.

Em 1675, aos 65 anos de idade, Vieira fazia sucesso novamente em Roma pregando em italiano diante de dezenove cardeais. Curiosamente, lá encantou a ex-rainha Cristina da Suécia, que havia renunciado ao seu

trono e se convertera ao catolicismo. Ela fora orientada nesse sentido pelos jesuítas, que conseguiram do Papa Alexandre VII fosse ela recebida com toda a pompa pelo Vaticano e pudesse instalar sua corte em Roma. Em pouco tempo, Vieira tornou-se pregador oficial de Cristina e emocionava seus convidados com seus sermões.

Mais do que isso, segundo informou o padre André de Barros, autor de *A Vida do Padre Antônio Vieira*, publicado em Lisboa em 1742 (página 423):

“Relativamente à rainha da Suécia, ele é o guardião de tudo e nem mais ministros nem secretários tratavam com ela, e jamais os negócios eram tratados com embaixadores. Ele respondia a todos, ela só dava audiência após aquiescência do padre Antônio Vieira”.

Em Roma defendeu os cristãos-novos de Portugal perseguidos pelo Santo Ofício e intercedeu junto ao Papa contra os desmandos da Inquisição portuguesa. Ainda em 1675 conseguiu ser considerado isento da jurisdição da Inquisição e continuou sua vida de fausto em Roma durante mais seis anos. Aos 71 anos regressou a Lisboa e foi convidado a integrar a Junta de Conselheiros do Estado de Assuntos Ultramarinos. Já idoso e com saúde precária, Vieira pensava retornar ao Brasil, pois andava muito irritado com a persistente campanha contra ele devido a sua defesa dos cristãos-novos. Os estudantes de Coimbra queimaram a sua efígie em praça pública, aos gritos de “Padre Vieira, vendido aos judeus”.

Por isso talvez, em breve já estava em Salvador novamente, onde continuou a revisar seus sermões para publicação. Aos 85 anos caiu de uma escada de pedra e machucou-se seriamente. Em 1697, aos 89 anos de idade, veio a falecer após haver revisto para publicação todos os seus sermões. Esta é a fascinante história do padre Antônio Vieira, bom patriota lusitano que, embora amando o Brasil, tentou cedê-lo aos holandeses para assegurar a independência e o futuro de Portugal.

BIBLIOGRAFIA SELETA

AZEVEDO, João Lúcio de – *Dezanove cartas inéditas do Padre Antônio Vieira*, Academia de Ciências de Lisboa, 1916. Contém excelente estudo introdutório sobre as negociações em Paris e Haia.

_____ – *História de Antônio Vieira*, Livraria Clássica, Lisboa, 2 volumes, 1918 e 1920.

BAETA NEVES, Luiz Felipe - *Vieira e a Imaginação Social Jesuítica (Maranhão e Grão Pará no século XVII)*. Top-Books, Rio de Janeiro, 1997.

BOXER, C.R. – *A Great Luso-Brazilian Figure – Padre Antônio Vieira, S.J., 1608-1697*. The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, da Universidade de Londres. Notável resumo do tema por ilustre historiador inglês.

CABRAL DE MELLO, Evaldo – *O Negócio do Brasil*, 2ª edição, Top-Books, Rio de Janeiro, 2003. Estudo pormenorizado de toda a conjuntura da época no Brasil e em Portugal pelo melhor especialista na história do Nordeste da atualidade.

CARDIM, Pedro – *Oceanos*, nº 30 I 31, abril/setembro de 1997, Lisboa. Número dedicado ao padre Vieira. Excelente artigo desse professor da Universidade Nova Lisboa sobre as missões na Holanda e França.

CIDADE, Hernani – *Padre Antônio Vieira, Estudo Biográfico e Crítico*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência geral das Colônias, Lisboa, 1940. Valioso estudo sobre a personalidade e a obra de Vieira por importante historiador português.

COBRA, Rubem Queiroz – *O padre Vieira: vida, época, filosofia e obras do padre Vieira*. Bom resumo para iniciantes a ser acessado na Internet no endereço ([www.cobra.pages. nom. br/fmp-vieira.html](http://www.cobra.pages.nom.br/fmp-vieira.html)).

LAGO Jr., Sílvio – *Sondagens da Memória*, Lotus Blossom Editorial, Rio de Janeiro, 2003. Estudos sobre os diversos aspectos da vida de Vieira.

LINS, Ivan – *Aspectos do padre Antônio Vieira*, Livraria Editora São José, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1962. Também valioso estudo de conceituado historiador brasileiro sobre o assunto.

VIEIRA, Padre Antônio – *Obras Inéditas*, 3 volumes, vide 3º volume para comentários sobre o “papel forte”.

